



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

Anais

III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte
24 a 28 de maio de 2004

Realização:



Sessão de Comunicação “Ações Afirmativas e Inclusão no Trabalho”

GARIMPO E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: DOIS ESTUDOS DE CASO

Maria Helena Rocha Lima

Centro de Tecnologia Mineral

Saulo Rodrigues Pereira Filho

Gloria Janaína Sirotheau

Jurgen Schnellrath

Roberto C. Villas Bôas

Av. IP, 900 – Ilha da Cidade Universitária - Fundão - CEP: 21941590. Rio de Janeiro / RJ

Telefone: (021) 3865 7313 Fax: (021) 2260 9154

E-mail: mrocha@cetem.gov.br

1. Introdução

Este trabalho apresenta parte dos resultados de uma ação que vem sendo executada por um grupo de cinco países latino-americanos que reflete o compromisso com a construção de uma **Sociedade Inclusiva**. O trabalho no Brasil foi executado pelo Centro de Tecnologia Mineral – CETEM/MCT e teve como entidade promotora o MPRI/IDRC – *Mining Policies Research Initiative/ International Development Research Center* - do Canadá - e como entidade coordenadora a EKAMOLLE, organização não governamental peruana.

A descoberta de ouro e diamante em Minas Gerais, no início do século XVIII, constitui um marco histórico no processo de colonização do Brasil, deslocando o pólo econômico da Colônia, até então baseado na produção açucareira da Região Nordeste. O meio de controle da produção mineral adotado pela Coroa Portuguesa incluía a urbanização dos sítios produtores e a instituição de normas rígidas de fiscalização, cuja infração era passível de severas punições. Os homens livres e sem posses viram-se então forçados a buscar lugares ermos, as chamadas grimpas das serras, para praticarem suas lavras distantes das autoridades. Assim, os chamados grimpeiros deram origem ao termo garimpeiro.

As condições adversas de vida e trabalho, somadas às dificuldades de obtenção de suprimentos e de venda de produtos, sob forte repressão, favoreciam a coesão grupal, como também o desenvolvimento de traços culturais próprios (BRASIL/DNPM, 1993).

Quase três séculos depois, as condições de vida e trabalho dos garimpeiros caracterizam uma situação de exclusão social causada pela carência de investimentos públicos, principalmente em saúde e educação. Somente a partir da Constituição, promulgada em 1988, o poder público passa a reconhecer o garimpo como atividade econômica relevante, buscando regulamentar uma legislação específica para o subsetor, incentivando, inclusive, seu cooperativismo.

Os garimpos de ouro e de pedras preciosas necessitam de iniciativas voltadas para sua organização e fortalecimento institucional, uma vez que se caracterizam por atividades de mineração informais, constituídas por atores que buscam uma oportunidade de inserção social, oriundos principalmente de zonas rurais das regiões mais pobres do Brasil. As áreas de garimpo oferecem um desafio para a gestão pública no Brasil, quando se observa sua vulnerabilidade ambiental, social, econômica e institucional.

2. Objetivo

Pretende-se, a partir do estudo das organizações existentes nas áreas de garimpo de cada um dos países, formar uma rede entre pequenos mineradores na América Latina. O objetivo mais amplo é a interação entre as organizações, a transmissão de suas

experiências e a promoção de suas potencialidades em benefício das comunidades dos garimpeiros.

O objetivo específico deste trabalho, elaborado pela equipe do CETEM, foi caracterizar os aspectos institucionais e organizacionais do setor de pequenas e médias empresas de mineração - MPE - existentes no Brasil. Pretendeu-se caracterizar as formas de organização dos garimpeiros em duas regiões distintas, Itaituba – estado do Pará (garimpo de ouro) e Teófilo Otoni – estado de Minas Gerais (garimpo de gemas), com ênfase nos aspectos sociais, culturais, econômicos, institucionais e ambientais.

O trabalho mostra o papel das organizações de MPE nas comunidades onde estão inseridas, assim como a influência das políticas públicas em seu funcionamento, e a relação com agentes locais, regionais e nacionais. Identifica e analisa fraquezas e fortalezas das organizações, analisa as estruturas de poder, os processos de tomada de decisão e os métodos de resolução de conflitos internos das organizações. Também identifica e analisa as relações entre as organizações e outros atores, inclusive o Estado, companhias de mineração, negócios e organizações da sociedade civil, com ênfase no contexto local.

O estudo dessas organizações possibilita o conhecimento das reivindicações acerca do direito ao exercício da cidadania por parte dos garimpeiros dessas regiões.

3. Metodologia

A execução desse projeto foi baseada na metodologia de pesquisa qualitativa que utilizou mecanismos participativos junto aos diversos atores sociais, envolvidos na atividade econômica da mineração em pequena escala ou garimpo. São eles, os garimpeiros, os donos de garimpo, líderes de organizações de pequenos mineradores nas regiões estudadas, representantes de Secretarias dos governos municipais e estaduais, representantes do MME (Ministério de Minas e Energia), líderes de organizações civis e representantes de órgãos federais, que participam da rede de trabalho em cada região.

Foram utilizadas fontes primárias através de entrevistas individuais e uma reunião com os diversos atores. Deu-se ênfase à interação dos pesquisadores junto aos diversos atores.

Nos dois estudos de caso, fizeram parte do grupo de pesquisadores, pessoas qualificadas da comunidade local. A observação do pesquisador sobre o grupo pesquisado também foi um elemento importante da pesquisa.

A **Abordagem Participativa** num projeto de pesquisa em **Gestão de Recursos Minerais**, além de aumentar o conhecimento sobre os problemas socio-culturais da MPE, possibilitou ao grupo de pesquisadores o estudo de mecanismos, instrumentos e temas pouco utilizados até o presente momento. Deve-se levar em conta que os conhecimentos obtidos deverão ser divulgados e possivelmente encaminhados para governantes e legisladores (*policy makers*) nas diversas instâncias para contribuir no desenho de políticas públicas.

4. Resultados e Discussão

O presente trabalho caracteriza as formas de organização da MPE existentes em duas regiões distintas, investigando os aspectos institucionais e organizacionais de cada MPE. Os dois estudos de caso apresentados são exemplos característicos dos tipos de garimpos existentes no País, conforme descrito também no *Levantamento Nacional dos Garimpeiros*, realizado em 1993 pelo Ministério de Minas e Energia. Ao longo do trabalho, observou-se que a caracterização diferenciada dos garimpos também implica formas de organização diversas.

No entanto, enquanto as organizações estudadas nos demais países que participaram do projeto têm como característica principal a associação dos garimpeiros em cooperativas como forma de promover as atividades produtivas, as duas organizações estudadas no Brasil têm como característica principal a associação como forma de representação na sociedade e de união frente aos problemas que se lhes apresentam.

Ambos os tipos de MPE originam-se predominantemente do meio rural e a maioria dos garimpeiros que nelas atuam possuem vínculos com a agricultura, como alternativa à garim-pagem. O nível de alfabetização é bastante variado, predominando, porém, os baixos níveis de escolaridade, sendo que a maioria não é sindicalizada ou cooperativada, apesar de trabalhar em equipe. Os garimpeiros

estão sujeitos a diversas doenças, sobretudo à malária, e tendem a negligenciar a segurança no trabalho. Representam uma parcela significativa da força de trabalho não absorvida pela economia formal.

As frentes de garimpagem de ouro da Amazônia – como na Reserva Garimpeira do Tapajós – caracterizam um tipo de MPE que absorve o maior contingente de garimpeiros no Brasil. Predominam migrantes nordestinos, sobretudo os do estado do Maranhão, relativamente jovens e solteiros. Esses garimpeiros trabalham mais e ganham mais que a média nacional dos garimpeiros, para poder compensar os custos mais elevados nessas áreas de difícil acesso e abastecimento. Essas características tornam a estrutura de produção da MPE na região, diferentemente de outras na América Latina, fortemente dependente de capital para financiar uma logística onerosa. Daí, a presença constante dos “donos de garimpo”, cujas relações de trabalho com os garimpeiros, que trabalham nas frentes de lavra, são marcadas pela informalidade.

Na região funciona, tradicionalmente, uma relação de trabalho entre garimpeiros trabalhadores e donos de garimpo, baseada na participação na produção, como única forma de remuneração e de concessão de benefício trabalhistas, onde 30% da produção cabem aos trabalhadores, outros 20% são reservados ao dono da terra e quando houver, ficando o restante (50 ou 70%) com o dono do garimpo.

A organização estudada no garimpo de ouro em Itaituba foi a **Associação dos Mineradores do Tapajós – AMOT** - , criada em 1991 como continuidade a um processo de evolução iniciada com a criação de um sindicato, passando a cooperativa e chegando aos moldes atuais de associação. No início dos anos 90, com o aumento dos interesses dos proprietários de pequenos garimpos em criar oportunidades de associações com as companhias de mineração, houve a necessidade de criar um mecanismo de interação entre os múltiplos garimpos, através de uma organização com estrutura mais flexível.

Com uma área de mais de 100.000 km², a região do rio Tapajós é considerada a maior área de garimpo do mundo (Silva, 2000). A Reserva Garimpeira do Tapajós foi criada em 1983, com uma área de 31.500 km², situada ao sul da sede municipal. Agora, aproximadamente 50% da população do município se dedicam à atividade de mineração, apresentando como demais atividades econômicas a pesca, agricultura e a exploração madeireira.

O outro tipo de MPE estudado atua no restante do Brasil – como em Teófilo Otoni, onde está sediado o **Sindicato Nacional dos Garimpeiros - SNG** - em áreas de ocupação mais antigas, produzindo bens minerais variados, onde predominam as gemas. Geralmente, os garimpeiros são naturais dos estados onde trabalham ou de estados vizinhos. A faixa etária é mais elevada que nos garimpos da Amazônia, e muitos moram com a família nos garimpos. A renda necessária à sua manutenção é menor, devido aos custos de produção mais baixos, embora esteja havendo uma gradual mecanização também nesses garimpos e, conseqüentemente, maior necessidade de capital.

O **SNG** mostra-se legalizado desde 1954, mas sofreu longos períodos de inatividade em gestões anteriores e, atualmente, se encontra numa fase de pleno funcionamento. Os motivos que levaram à criação de um Sindicato de garimpeiros foram de origem político-econômica, quando ocorreram mudanças nas leis que regulamentavam as exportações de gemas.

Na região de Teófilo Otoni, assenta-se uma das maiores províncias gemológicas do mundo, tendo em vista sua extensão e a diversidade de gemas encontradas, tais como diamante, águas-marinhas, turmalinas, topázios, morganita, heliodoro, crisoberilo, alexandrita, olho-de-gato, kunzita, hiddenita, granada, ametista, citrino, morion, quartzo róseo, quartzo fumê, andaluzita e muitas outras. Possui também, além do ouro aluvionar, diversos minerais industriais.

A região de garimpos de gemas e pedras preciosas no nordeste do estado de Minas Gerais, possui extensão de cerca de 100.000 km², compreende aproximadamente 90 municípios e está situada nos vales do Mucuri, Jequitinhonha e São Mateus. Apesar da riqueza mineral da região, o nordeste do estado de Minas Gerais é a região mais pobre do estado. A produção mineral é transferida sem nenhuma transformação ou beneficiamento para outras regiões do País e também para o exterior. As gemas são exportadas para outras regiões na forma bruta, transferindo para fora dessa região a valorização do produto (Diagnóstico Setorial Gemas e Jóias do Nordeste do Estado de Minas Gerais, 1993).

O SNG é uma associação de garimpeiros em nível nacional, embora sua atuação, no momento, esteja mais restrita à região do norte-nordeste de Minas Gerais, a principal região produtora de pedras preciosas do Brasil. Quando de sua criação, existiam

delegacias espalhadas por todo o País, mas com o passar do tempo todas as delegacias, à exceção da de Teófilo Otoni, se tornaram inoperantes.

A AMOT, por sua vez, oferece serviços bastante variados a seus associados, como programas de assistência médica, informações nos diversos níveis e, também representa seus interesses, muitas vezes exercendo pressão política. Através do apoio à formalização institucional e de seu papel de “advogada” dos donos de garimpo e garimpeiros, tem tido forte interação com diversas agências governamentais.

Em termos dos serviços oferecidos pela organização, o SNG hoje funciona, basicamente, como intermediador e fonte de informação. No que diz respeito à atuação do Sindicato como fonte de informação, os garimpeiros podem conseguir junto à organização informações sobre como requerer áreas para pesquisa ou permissão de lavra garimpeira, sobre seus direitos (por exemplo, sobre o direito de se aposentar pelo INSS como trabalhador rural), sobre a legislação em vigor e sobre as práticas de garimpagem ambientalmente correta.

Na função de intermediador, o Sindicato procura resolver conflitos existentes entre os garimpeiros e os diversos atores envolvidos (donos de garimpo, donos da terra, empresas de mineração, órgãos ambientais) e facilitar o acesso do garimpeiro a uma assistência médica (exames, consultas, etc.), social (cestas básicas, acesso a crédito, etc.) ou previdenciária (aposentadoria).

Segundo Sulmont (2003), as organizações se diferenciam segundo o grau de formalização de sua estrutura social. O estudo dos processos organizacionais de cada uma das organizações possibilita identificar não só o grau de formalização, assim como mostrar as semelhanças e diferenças entre as duas organizações.

A partir da análise dessas duas organizações de MPE, buscou-se neste trabalho mostrar seus aspectos positivos e fragilidades, com o objetivo de apontar alternativas para seu fortalecimento institucional.

Dentre os aspectos que fortalecem a AMOT, destacam-se:

- Sua atuação como defensora dos interesses da atividade garimpeira na região, principalmente daqueles relacionados aos “donos de garimpo”, e a ativa participação em questões políticas - a associação age em favor dos garimpeiros,

particularmente em conflitos de terra, como aqueles com os madeireiros, assim como grupo de *lobby* na arena política e na disseminação de informações através da mídia.

- O intenso relacionamento com as instituições governamentais e a facilidade em fazer parcerias. Agências governamentais, particularmente o Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM - e a Secretaria de Estado do Pará de Indústria, Comércio e Mineração - SEICOM, tiveram um papel importante no estabelecimento da AMOT e no processo de institucionalização da organização em Itaituba. Atualmente, colabora com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba - SEMMA e o CETEM em projetos relacionados ao desenvolvimento de técnicas de gestão ambiental. Também colabora com a Secretaria Municipal de Saúde no projeto que promove informação e contraceptivos a prostitutas.

Entre as principais fragilidades da AMOT, destacam-se:

- A ainda incipiente participação dos garimpeiros nas decisões e na administração da Associação. Apesar do processo democrático dentro da organização, sua administração, execução de atividades e processo de tomada de decisão são predominantemente feitos por antigos e atuais donos de garimpo. A AMOT reconhece esta fraqueza, que em parte pode ser atribuída às dificuldades em interagir com garimpeiros em áreas remotas.
- O pior relacionamento se dá em relação ao IBAMA, tendo em vista que seu papel é de fiscalizador das questões ambientais, e os garimpeiros ainda não dispõem de recursos financeiros e/ou conhecimento técnico para atender às exigências da legislação ambiental.

Em relação ao SNG, destacam-se os seguintes aspectos positivos:

- Apesar da precária condição financeira da organização, tendo em vista a situação financeira muito crítica pela qual passa a grande maioria dos garimpeiros na região, o Sindicato ainda consegue atuar como intermediador em conflitos existentes entre os garimpeiros e os diversos atores envolvidos (donos de garimpos, donos de terra, empresas de mineração e órgãos ambientais). Também atua facilitando o acesso do garimpeiro à assistência médica (exames, consultas

médicas), a programas sociais (cestas básicas, acesso a crédito) e a programas previdenciários. Esse trabalho assistencial é facilitado pela proximidade das frentes de lavra em relação à sede do Sindicato, em Teófilo Otoni.

- Atua como veículo de disseminação de informações de interesse da comunidade garimpeira, através de jornais, canais de televisão e estações de rádio locais.
- Não existem diferenças marcantes entre os integrantes do Sindicato, não existindo predomínio de “donos de garimpo” em relação aos garimpeiros que trabalham nas frentes de lavra.

Entre as fragilidades do SNG, destaca-se:

- O desinteresse apresentado pelos membros do Sindicato em participar da administração, inclusive por não haver remuneração da atividade. O exercício do poder se torna autocrático, recaindo sobre seu presidente todo o funcionamento da organização.
- Algumas razões em comum merecem consideração, nos dois estudos de caso, pelas quais os garimpeiros reconhecem o processo de formalização como meio de fortalecimento da MPE, tais como:
 - Desejo de proteção de seus interesses face aos conflitos com companhias de mineração, madeireiras e outros garimpeiros;
 - Disposição e interesse em atender às exigências da legislação, tendo em vista os benefícios advindos da formalização da atividade, como acesso a crédito e possibilidade de planejamento a longo prazo;
 - Implementação de projetos de assistência, ou projetos de desenvolvimento regional que tragam benefícios para os garimpeiros da MPE.

Pontos importantes, no que diz respeito aos problemas detectados e soluções apresentadas no decorrer do trabalho, sugerem políticas públicas voltadas para a melhoria das condições de trabalho da atividade garimpeira, conforme descritas a seguir:

- Quanto ao fortalecimento institucional, o problema detectado foi a dificuldade em se formarem associações produtivas por parte dos garimpeiros, que trabalham em pequenos grupos individualizados. A solução proposta foi a escolha de uma área

modelo para implantação de uma cooperativa mista de garimpeiros (associação dos sócios capitalistas – donos de garimpos - com os garimpeiros). Aventou-se também a possibilidade de pequenos grupos de garimpeiros fundarem, sempre com apoio externo, microempresas. Os representantes das pequenas empresas de mineração sugerem como alternativa a contratação de garimpeiros com carteira de trabalho assinada (salário mínimo regional) e participação nos lucros.

- Quanto à gestão empresarial, o problema detectado foi a falta de acesso a linhas de financiamento, pois a atividade de mineração é vista como uma atividade de alto risco. A solução proposta é que deveriam ser criadas linhas de crédito para pequenos grupos de garimpeiros sindicalizados. Outras alternativas seriam: buscar financiamentos junto ao SEBRAE; submeter, em parceria com instituições de pesquisa e ensino, projetos a organismos públicos e/ou privados de financiamento.
- Quanto ao problema de transferência de tecnologia, o problema detectado foi a falta de acesso a novas tecnologias de extração, sendo a grande maioria dos garimpos de gemas da região conduzida de forma rudimentar. Já para as pequenas empresas de mineração, devido à sua melhor organização e condição financeira, o acesso às inovações tecnológicas é mais fácil. Um exemplo de inovação tecnológica, que vem sendo empregada, visando a diminuir as perdas durante o processo de extração, é a substituição dos explosivos por cortes com fio adiamantado. A solução proposta no curto prazo deveria ser a de disponibilizar aos garimpeiros um núcleo de assistência técnica gratuito, nos moldes da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER. Os técnicos deste núcleo estariam capacitados para orientar os garimpeiros quanto às melhores práticas de lavra e preservação do meio ambiente. A médio e longo prazos, a solução seria a formação de mão-de-obra qualificada para atuar nos garimpos mediante a criação de cursos profissionalizantes nas principais cidades envolvidas com o garimpo de gemas. Além disso, a promoção periódica de palestras, seminários e encontros seriam de grande interesse os garimpeiros.

A tecnologia tem levado ao aumento do desemprego entre os garimpeiros, conforme se observa nas duas regiões, mas de maneira crucial na região do nordeste de Minas

Gerais. Em regiões onde se trabalha com dragas, por exemplo, apenas duas pessoas operando o equipamento fazem o trabalho de uma centena de garimpeiros.

Por outro lado, os garimpeiros levam anos para causar uma degradação ambiental semelhante à de uma draga em poucos meses de operação. A técnica utilizada na extração das gemas, na base da pá e picareta, está se tornando mais mecanizada, em função da entrada de empresas de mineração em regiões tradicionalmente exploradas por garimpeiros.

5. Conclusões

A Constituição de 1988 introduziu significativas mudanças na legalidade da atividade garimpeira. Anteriormente, o garimpeiro possuía uma matrícula que permitia produzir e comercializar seu produto, regime esse que foi modificado pela Constituição e pela Lei 7.805 de 1989. Atualmente, existe a obrigatoriedade de o garimpeiro estar inserido a uma associação, de obter licenças ambientais e a permissão de lavra garimpeira. Houve, portanto, a descaracterização do garimpeiro como trabalhador individual.

A criação de cooperativas garimpeiras e a prioridade conferida a estas, em relação à concessão de títulos mineráveis, refletem uma preocupação em solucionar os conflitos advindos do exercício desta atividade. Eram necessários um maior controle e ordenamento da atividade, e para isso a exploração de depósitos aluvionares em forma associativa pareceu mais adequada, dos pontos de vista econômico, social e ambiental.

O estabelecimento de prioridade à forma de organização em cooperativas, pela Carta de 1988, substituiu uma premissa de não-intervenção estatal por outra premissa pela qual o Estado pode e deve interferir para transformar a realidade da atividade garimpeira e do agente garimpeiro. Essa nova prioridade gera polêmica, pois é vista como perpetuadora de antigos conflitos, bem como geradora de novos.

A preocupação com a consolidação da inclusão social das MPEs nos países da América Latina que participaram do projeto (Brasil, Bolívia, Colômbia, Peru e Equador) pode ser avaliada pela qualidade dos estudos, pela abrangência dos resultados apresentados pelo

projeto e também por ter como objetivo final a construção de uma rede de organizações de mineração artesanal e em pequena escala.

No Brasil, as duas organizações estudadas, em regiões bastante distintas, revelam em comum o grande peso da atividade de mineração para a economia local, assim como a situação de extrema pobreza de sua população. Portanto, o estudo das organizações e a institucionalização dos garimpos caracterizam-se por ação inclusiva de interesse para o País, na medida em que a atividade garimpeira abrange um universo de cerca de 300.000 pessoas, segundo o Levantamento Nacional dos Garimpeiros (1993).

6. Referência Bibliográfica

- ASSOCIAÇÃO DOS COMERCIANTES E EXPORTADORES DE GEMAS E JÓIAS DO BRASIL. Diagnóstico Setorial Gemas e Jóias do Nordeste do Estado de Minas Gerais. Teófilo Otoni: GEA/SEBRAE/MG, setembro de 1993. 72 p.
- BARRETO, Maria Laura. Garimpo de ouro no Brasil: desafios da legalização. Tese de doutorado Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2000.
- _____. Formalização da mineração a pequena escala (MPE) na América Latina e Caribe. Estudo financiado pelo Programa Mineraria Artesanal y em Pequeña Escala (MPE) do IDRC/CRDI/MPRI/IIPM, julho de 2003.
- BARRETO, M. L, SIROTHEAU, G. J. C, LIMA, M.H, NAHASS, S, VILLAS BÔAS. R, FERNANDES, F, JOHNSON, B. Mineração e Desenvolvimento Sustentável: desafios para o Brasil, Rio de Janeiro, CETEM/MCT, 2002
- BARRETO, Maria Laura, SIROTHEAU, Glória Janaina de Castro. *Passo a passo para legalizar uma pequena empresa de mineração no Estado do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1999. 96 p. (mimeo)
- FERNANDES, Francisco Rego Chaves; PORTELA, Irene C. de M. H. de Medeiros. Recursos minerais da Amazônia: alguns dados sobre situação e perspectivas. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1991. 44p. (Série Estudos e Documentos, 14).
- LINS, Fernando Freitas. Aspectos diversos da garimpagem de ouro. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1992. 97p. (Série Tecnologia Mineral, n° 54).
- MARTINS, Ana Luiza. Breve história dos garimpos de ouro no Brasil. In: COORDENAÇÃO NACIONAL DOS GEÓLOGOS. *Em Busca do Ouro - Garimpos e Garimpeiros no Brasil*. Organizado por Gerônimo Albuquerque Rocha. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MATHIS, Armin. Garimpos de ouro na Amazônia: relações de trabalho e condições de vida. In: BRASIL MINERAL. São Paulo: Signus, n. 139, p.30-35.

- MATHIS, A., 2001, Rompendo Barriers, Possibilities and Limits of an Intervention in the Gold Garimpagem of the Tapajós (in portugese), *In: Mercury in the Tapajós Basin*, eds. R.C. Villas Boas, C. Beinhoff, A.R.B. Silva, CETEM/IMAAC/CYTED Rio de Janeiro, p.159 – 171.
- MMSD Sumário Executivo: Mineração, Minerais e Desenvolvimento Sustentável na América do Sul . Equipe MMSD América do Sul. Montivideo:IIPM/IDRC 2002.
- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. Legislação Cooperativista e Resoluções do Conselho Nacional de Cooperativismo. OCB, 1996. 104p.
- PEITER, C.C. Abordagem participativa na gestão de recursos minerais. Tese de doutorado. Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, 2000
- SECTAM Projeto de Gestão Ambiental Integrada do Estado do Pará – PGAI/PA. Belém 2000. 51p
- SILVA, A.R.B., 2001, Tapajós Gold Garimpos, *In: Mercury in the Tapajós Basin*, eds. R.C. Villas Boas, C. Beinhoff, A.R.B. Silva, CETEM/IMAAC/CYTED Rio de Janeiro, p.31 – 50.
- SILVA, Alexandre Pessoa da. Projeto Itaituba: programa de desenvolvimento de tecnologia ambiental. Rio de Janeiro: CETEM/CNPq, 1997. 66p. (Série Tecnologia Ambiental, 18).
- SIROTHEAU, G.J.; BARRETO, M.L. 1999 Eficiência da legislação ambiental. Um estudo comparativo. In: SIROTHEAU G.J. Mineração e desenvolvimento sustentável; aspectos econômicos e sociais. Relatório Técnico nº 23 Rio de Janeiro: CETEM/CNPq
- SULMONT, D. (2003). Análisis Organizacional. Qué son las organizaciones? Capítulo 1 (mimeo)
- VILLAS BOAS, R.C. BEINHOFF, C., SILVA, A.R.B. Mercury in the Tapajós Basin. Rio de Janeiro: CETEM/GEF/UNIDO 2000